

Concurso Público para provimento de cargos de

**Técnico Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

O jornalismo pode ser qualificado, embora com certo exagero, como um mal necessário. É um mal porque todo relato jornalístico tende ao provisório. Mesmo quando estamos preparados para abordar os assuntos sobre os quais escrevemos, é próprio do jornalismo apreender os fatos às pressas. A chance de erro, sobretudo de imprecisões, é grande.

O próprio instrumento utilizado é suspeito. Diferente da notação matemática, que é neutra e exata, a linguagem se presta a vieses de todo tipo, na maior parte inconscientes, que refletem visões de mundo de quem escreve. Eles interagem com os vieses de quem lê, de forma que, se são incomuns textos de fato isentos, mais raro ainda que sejam reconhecidos como tais.

Pertenço a uma geração que não se conformava com as debilidades do relato jornalístico. O objetivo daquela geração, realizado apenas em parte, era estabelecer que o jornalismo, apesar de suas severas limitações, é uma forma legítima de conhecimento sobre o nível mais imediato da realidade.

O que nos remete à questão do início; sendo um mal, por que necessário? Por dois motivos. Ao disseminar notícias e opiniões, a prática jornalística municia seus leitores de ferramentas para um exercício mais consciente da cidadania. Thomas Jefferson pretendia que o bom jornalismo fosse a escola na qual os eleitores haveriam de aprender a exercer a democracia.

O outro motivo é que os veículos, desde que comprometidos com o debate dos problemas públicos, servem como arena de ideias e soluções. O livre funcionamento das várias formas de imprensa, mesmo as sectárias e as de má qualidade, corresponde em seu conjunto à respiração mental da sociedade.

Entretanto, o jornalismo dito de qualidade sempre foi objeto de uma minoria. A maioria das pessoas está de tal maneira consumida por seus dramas e divertimentos pessoais que sobra pouca atenção para o que é público. Desde quando os tabloides eram o principal veículo de massas, passando pela televisão e pela internet, vastas porções de jornalismo recreativo vêm sendo servidas à maioria.

O jornalismo de verdade, que apura, investiga e debate, é sempre elitista. Está voltado não a uma elite econômica, mas a uma aristocracia do espírito. São líderes comunitários, professores, empresários, políticos, sindicalistas, cientistas, artistas. Pessoas voltadas ao coletivo.

A influência desse tipo de jornalismo sempre foi, assim, mediada. Desde que se tornou hegemônico, nos anos 1960-70, o jornalismo televisivo se faz pautar pela imprensa. Algo parecido ocorre agora com as redes sociais.

A imprensa, que vive de cobrir crises, sempre esteve em crise. O paradoxo deste período é que, no mesmo passo em que as bases materiais do jornalismo profissional deslizam, sua capacidade de atingir mais leitores se multiplica na internet, conforme se torna visível a perspectiva de universalizar o ensino superior.

(Adaptado de: FILHO, Otavio Frias. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

1. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) O desejo infrutífero da geração a que pertence o autor, ou seja, a transformação do jornalismo em um meio de fortalecer a democracia e o senso de cidadania, é visto como um projeto utópico.
- (B) Diferentemente do jornalismo de entretenimento, o jornalismo investigativo, que se dirige às lideranças sociais, tende a ser imparcial quando difundido em veículos sérios.
- (C) Devido à popularidade das notícias difundidas nas mídias sociais, o jornalismo televisivo, que se tornou hegemônico nas décadas de 1960-70, vem perdendo audiência.
- (D) O autor considera que o caráter provisório das notícias, a apuração apressada dos fatos e a subjetividade própria da linguagem sejam questões problemáticas inerentes ao jornalismo.
- (E) Em oposição ao jornalismo que apura e investiga, o jornalismo recreativo, ainda que popular, baseia-se em fatos de difícil comprovação e desperta o interesse de pessoas que, ao consumi-lo, desconsideram os problemas da coletividade.



2. Considere:

- I. No texto, o que está referido como a *respiração mental da sociedade* (5º parágrafo) consiste na liberdade de todas as formas de imprensa.
- II. A popularidade dos veículos de imprensa voltados a grandes massas, como os tabloides, é responsável, ainda que indiretamente, pela crise que atravessa hoje o jornalismo de caráter sério, que se dirige apenas a uma minoria.
- III. No texto, o autor tece uma crítica ao caráter elitista e pouco democrático do jornalismo impresso, restrito, assim, aos poucos leitores dispostos a exercer a cidadania por escrito na arena pública.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.

3. ... o jornalismo, apesar de suas severas limitações, é uma forma legítima de conhecimento...

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantém a correção e a coerência está em:

- (A) Ainda que se leve em conta as limitações importantes do jornalismo, ele significa uma forma lícita de conhecimento.
- (B) O jornalismo representa um meio eficaz de conhecimento porquanto apresente graves limitações.
- (C) Embora apresente sérias limitações, o jornalismo consiste em um meio genuíno de conhecimento.
- (D) À despeito de suas limitações consideráveis, o jornalismo constitui uma forma genuína de conhecimento.
- (E) Conquanto represente uma forma lícita de conhecimento, existe severas limitações no jornalismo.

4. Thomas Jefferson pretendia que o bom jornalismo...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo do sublinhado acima está também sublinhado em:

- (A) ... as bases materiais do jornalismo profissional deslizam...
- (B) ... os eleitores haveriam de aprender a exercer a democracia.
- (C) Algo parecido ocorre agora com as redes sociais...
- (D) ... mais raro ainda que sejam reconhecidos como tais.
- (E) Desde quando os tabloides eram o principal veículo de massas...

5. As vírgulas foram empregadas para isolar um segmento explicativo em:

- (A) Diferente da notação matemática, que é neutra e exata, a linguagem se presta a vieses de todo tipo...
- (B) O jornalismo pode ser qualificado, embora com certo exagero, como um mal necessário.
- (C) ... os veículos, desde que comprometidos com o debate dos problemas públicos, servem como arena de ideias e soluções.
- (D) ... de forma que, se são incomuns textos de fato isentos, mais raro ainda que sejam reconhecidos como tais.
- (E) São líderes comunitários, professores, empresários, políticos, sindicalistas, cientistas, artistas.

6. No contexto, os elementos sublinhados que apresentam a mesma função sintática se encontram em:

- (A) o jornalismo televisivo se faz pautar pela imprensa // os eleitores haveriam de aprender a exercer a democracia
- (B) A chance de erro, sobretudo de imprecisões, é grande // sua capacidade de atingir mais leitores se multiplica na internet
- (C) O jornalismo de verdade (...) é sempre elitista // os veículos (...) servem como arena de ideias e soluções
- (D) O que nos remete à questão do início // a prática jornalística municia seus leitores de ferramentas
- (E) conforme se torna visível a perspectiva de universalizar o ensino superior // A imprensa, que vive de cobrir crises, sempre esteve em crise

7. É um mal porque todo relato jornalístico tende ao provisório. (1º parágrafo)

Entretanto, o jornalismo dito de qualidade sempre foi objeto de uma minoria. (6º parágrafo)

Os elementos sublinhados acima introduzem, no contexto, respectivamente, noção de

- (A) causa – finalidade
- (B) finalidade – concessão
- (C) consequência – temporalidade
- (D) causa – oposição
- (E) concessão – consequência



8. Entretanto, o jornalismo dito de qualidade sempre foi objeto de uma minoria. // A maioria das pessoas está de tal maneira consumida por seus dramas e divertimentos pessoais que sobra pouca atenção para o que é público. (6º parágrafo)

Fazendo os devidos ajustes na pontuação e entre maiúsculas e minúsculas, as frases acima se articulam com coerência em um único período acrescentando-se, imediatamente após “minoria”,

- (A) conforme
- (B) por que
- (C) contudo
- (D) uma vez que
- (E) porém

9. Está correta a **redação** da seguinte frase:

- (A) Haveriam grandes doses de jornalismo recreativo sendo oferecidas para a maioria, desde o tempo em cujo principal veículo de massas era o tabloide, depois chegando à televisão e internet.
- (B) Enquanto questiona-se as bases materiais do jornalismo profissional, multiplica-se leitores na internet, ao passo que, viabiliza-se a possibilidade de universalizar o ensino superior.
- (C) À medida que notícias e opiniões são disseminadas pela prática jornalística, os leitores munem-se de ferramentas para exercer a cidadania de forma mais consciente.
- (D) Mesmo se o jornalista se propor a abordar assuntos com seriedade, o jornalismo, por suas próprias características fazem com que os fatos sejam apurados apressadamente.
- (E) Expressa-se por meio da linguagem, de modo inconsciente, as visões de mundo de quem escreve; logo, mesmo que imparcial o relato jornalístico passa pela interpretação subjetiva do leitor.

Atenção: Para responder às questões de números 10 e 11, considere o texto abaixo.

Mídias sociais têm sido insistentemente acusadas de fomentar a polarização política, reforçando e consolidando pontos de vista divisivos que têm tornado impossível o debate público.

Porém, estudos mostram que, embora exista seleção no consumo de notícias de acordo com a orientação ideológica, a dieta informacional das pessoas é mais variada do que se supõe. Leitores de direita, por exemplo, consomem mais notícias de veículos de direita, mas leem também a grande imprensa e até, ocasionalmente, veículos de esquerda.

Os estudiosos chamam a atenção também para o fato de que nas interações sociais diretas as pessoas selecionam ainda mais com quem se relacionam de acordo com a orientação política e, quando interagem com pessoas diferentes, evitam assuntos sensíveis, como política e religião.

Por que então temos a nítida percepção de que a polarização é aguda e se acentua nas mídias sociais?

A resposta retoma a constatação de outros pesquisadores: a polarização é um fenômeno circunscrito aos mais engajados, que são também os mais influentes nas mídias sociais.

(Adaptado de: ORTELLADO, Pablo. Disponível em: folha.uol.com.br)

10. Considerado o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *fomentar a polarização política* = condenar a divisão ideológica
- (B) *evitam assuntos sensíveis* = furtam-se de abordar temas delicados
- (C) *dieta informacional* = regime de erudição
- (D) *circunscrito aos mais engajados* = consolidado aos mais convictos
- (E) *retoma a constatação* = remete à circunstância



11. Porém, estudos mostram que, embora exista seleção no consumo de notícias de acordo com a orientação ideológica, a dieta informacional das pessoas é mais variada do que se supõe.

Uma redação alternativa para o segmento sublinhado acima, em que se mantêm a correção e a coerência, está em:

- (A) Contudo, estudos revelam que, apesar de a orientação ideológica interferir na seleção de notícias a serem consumidas, a dieta...
- (B) No entanto, já se estuda o fato de que, conforme a orientação ideológica interfere no consumo e seleção de notícias, tem-se que a dieta...
- (C) De acordo com estudos, ainda que se selecionam as notícias a consumir, a partir da orientação ideológica, a dieta...
- (D) Conforme estudos, mesmo existindo escolha à partir da orientação ideológica, no consumo de notícias, a dieta...
- (E) Todavia, estudos demonstram que haviam possibilidades de escolha no consumo de notícias, segundo a orientação ideológica, ainda que a dieta...

12. Está correto o uso do elemento sublinhado na seguinte frase:

- (A) Nos diálogos forjados nas redes sociais, os usuários selecionam aqueles dos quais estão dispostos a interagir.
- (B) A maioria das pessoas hoje acessa as redes sociais em cuja influência revolucionou a forma de compartilhar notícias.
- (C) Deve-se reagir com cautela à recepção de conteúdos aos quais são disseminados nas mídias digitais.
- (D) As mídias sociais são acusadas de formar redutos no qual o usuário consome um conteúdo que o agrada.
- (E) A esfera pública, na qual os mais engajados prevalecem, parece tomada por uma intensa polarização.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

13. Na prateleira de uma estante estão dispostos 10 livros de direito, 12 livros de economia e 15 livros de administração. O menor número de livros que se devem retirar ao acaso dessa prateleira para que se tenha certeza de que dentre os livros retirados haja um de direito, um de economia e um de administração é igual a

- (A) 26.
- (B) 23.
- (C) 27.
- (D) 28.
- (E) 29.

14. O maior valor monetário, em reais, de três notas de valores diferentes e três moedas de valores diferentes é igual a

- (A) 81,75.
- (B) 171,75.
- (C) 110,50.
- (D) 171,25.
- (E) 171,60.



15. Em relação aos 31 dias de um mês, Fernando, Geraldo e Hélio folgaram, respectivamente, nos dias que são “múltiplos de 6”, “divisores de 12” e “múltiplos de 3 e divisores de 30”. Nesse mês, os três trabalharam juntos em um total de
- (A) 19 dias.
(B) 21 dias.
(C) 23 dias.
(D) 22 dias.
(E) 20 dias.
-
16. Exatamente $\frac{1}{4}$ das vagas de uma faculdade são destinadas aos cursos de humanas, e exatamente $\frac{1}{8}$ das vagas destinadas aos cursos de humanas são do período noturno. Sabendo-se que o total de vagas dessa faculdade é um número inteiro positivo entre 420 e 470, então o número de vagas dessa faculdade destinadas aos cursos de humanas é igual a
- (A) 108.
(B) 124.
(C) 112
(D) 120.
(E) 104.
-
17. Em um determinado departamento, todos os funcionários são ou advogados, ou economistas, ou advogados e economistas. Sabe-se que 5 funcionários são apenas economistas, e que 15 funcionários são advogados, sendo que parte destes também são economistas. Se 45% dos funcionários desse departamento são advogados e economistas, então o número de funcionários do departamento que são apenas advogados é igual a
- (A) 7.
(B) 8.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 6.
-
18. Uma mercadoria comprada por R\$ 1.400,00 será vendida com lucro de 20% sobre o preço de compra acrescido com 15% de imposto. Nessas condições, o preço de venda dessa mercadoria, deve ser igual a
- (A) R\$ 1.540,00.
(B) R\$ 1.442,00.
(C) R\$ 1.932,00.
(D) R\$ 1.890,00.
(E) R\$ 1.952,00.
-
19. Amanda, Manuela, Patrícia, Olívia e Daniela fizeram uma mesma prova, cuja nota mais alta, dentre elas, foi 18. Amanda obteve a metade da nota conquistada por Manuela. Patrícia tirou nota equivalente à média aritmética das notas de Daniela e Manuela. Olívia obteve a mesma nota que Daniela, e o triplo da nota de Amanda. A segunda maior nota dentre as cinco pessoas foi igual a
- (A) 15 e obtida por Patrícia.
(B) 16,5 e obtida por Patrícia.
(C) 12 e obtida por Manuela.
(D) 16,5 e obtida por Manuela.
(E) 15 e obtida por Olívia e Daniela.



20. Uma fila será organizada com base em três critérios, que são:

1. mulheres grávidas ou com criança de colo ficam à frente das demais pessoas;
2. as pessoas mais velhas ficam à frente de outras pessoas de idade menor que a sua;
3. mulheres ficam à frente dos homens.

Sabe-se que o critério 1 prevalece em relação ao 2 e ao 3, e que o critério 2 prevalece em relação ao critério 3.

Antes do uso desse critério de organização, cinco pessoas já estavam em uma fila de acordo com a ordem apresentada na tabela a seguir:

Ordem na fila	Pessoa	Mulher (M) / Homem (H)	Idade (anos)	Grávida ou com filho de colo
1ª	A	M	37	sim
2ª	B	H	35	–
3ª	C	H	64	–
4ª	D	M	35	não
5ª	E	M	36	sim

Reorganizando a fila de acordo com os critérios descritos anteriormente, mudarão de posição em relação à fila descrita na tabela apenas

- (A) A e B.
- (B) A e C.
- (C) B e D.
- (D) B e E.
- (E) C e D.

Noções de Informática

21. Um usuário de um computador com sistema operacional Windows 10 em português está utilizando o Explorador de Arquivos para procurar um arquivo de documento editado anteriormente. Para facilitar a busca, o usuário acessou o menu Exibir e clicou no ícone para

- (A) adicionar colunas de informação.
- (B) classificar os arquivos pelo nome.
- (C) classificar os arquivos pelo tipo.
- (D) criar um filtro de busca por arquivos.
- (E) mostrar ou ocultar o painel de detalhes.

22. Na Janela que se abre ao clicar no botão Iniciar do Windows 10 em português, existem duas barras horizontais no canto superior direito que são mostradas com a aproximação do apontador do *mouse*, conforme mostrado abaixo.



Ao clicar sobre as duas barras é possível

- (A) alterar o tamanho dos ícones dos aplicativos.
- (B) colocar um nome para o grupo de aplicativos.
- (C) configurar a forma de apresentação dos ícones dos aplicativos.
- (D) expandir o menu com os itens recentemente utilizados.
- (E) ordenar os aplicativos pela frequência de uso.



23. Durante a edição de uma monografia no MS-Word 2010, o usuário do aplicativo clicou sobre o ícone para mostrar as marcas de parágrafos e outros símbolos de formatação e obteve a apresentação do seguinte trecho de texto:

¶
Agradeço à minha mãe pelos ensinamentos...¶
¶

A linha pontilhada abaixo do texto indica

- (A) Citação.
- (B) Citação interna.
- (C) Índice remissivo.
- (D) Referência cruzada.
- (E) Texto oculto.

24. A planilha abaixo foi editada no MS-Excel 2010 em português e é utilizada para calcular o desconto nos preços dos itens.

	A	B	C	D
1	item	valor	desconto	preço
2	caderno	15,00	10%	
3	estojo	50,00	10%	
4	livro	60,00	10%	

Caso seja inserida a fórmula $=SE(B2>50;B2-B2*C2;B2)$ na célula D2 e posteriormente arrastada para as células D3 e D4, os valores nas células serão, respectivamente,

- (A) 13,50; 45,00; 54,00.
- (B) 13,50; 45,00; 60,00.
- (C) 15,00; 45,00; 54,00.
- (D) 15,00; 45,00; 60,00.
- (E) 15,00; 50,00; 54,00.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

25. A Lei nº 10.048/2000, que dispõe sobre prioridade no atendimento de determinadas pessoas e outros benefícios, prevê, dentre seus dispositivos, para atender às pessoas com deficiência,

- (A) a disponibilização de cadeira de rodas em mercados e estabelecimentos congêneres.
- (B) a meia entrada em eventos culturais.
- (C) o planejamento de veículos de transporte coletivo e sua adaptação para facilitar seu acesso.
- (D) o acesso por meio de rampa e elevadores a pisos mais elevados.
- (E) a elaboração em braile de panfleto com contatos mínimos de atendimento dos serviços públicos essenciais.

26. A Lei nº 7.853/1989 prevê que o Poder Público deve oferecer à pessoa com deficiência

- (A) atendimento domiciliar de saúde a quem passou por internação hospitalar.
- (B) acesso a materiais escolares especiais.
- (C) matrícula em cursos adaptados à sua deficiência.
- (D) oferta, obrigatória e gratuita, de educação especial em estabelecimento público de ensino.
- (E) vagas com carga horária idêntica à jornada comum de trabalho.



27. Para o transporte interestadual de passageiros, quando da regulamentação da Lei nº 8.889/1994, o Decreto nº 3.691/2000 previu a reserva para pessoa com deficiência de
- (A) cinco assentos de cada veículo, com passe livre.
 - (B) dois assentos de cada veículo, com passe livre.
 - (C) número ilimitado de assentos, desde que pago metade do valor da passagem.
 - (D) um assento de cada veículo, com passe livre, mais quatro assentos com pagamento da metade do valor da passagem.
 - (E) um assento em cada veículo, com passe livre.

Legislação e Ética no Serviço Público

28. Considerando o disposto na Lei nº 8.429/92 e no Estatuto de Ética Profissional do Servidor do TRT da 6ª Região, o servidor que fornecer informações sigilosas a um licitante, dando-lhe conhecimento de fatos que lhe conferem vantagem na participação do certame,
- (A) pratica ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito, o que absorve eventual infração disciplinar no caso de conduta dolosa.
 - (B) pratica conduta antiética, mas não incorre em ato de improbidade, para cuja configuração é indispensável a demonstração de prejuízo ao erário.
 - (C) pratica ato de improbidade, na modalidade que causa prejuízo ao erário, dispensada prova do dolo e sem prejuízo da configuração de conduta antiética.
 - (D) deve ser processado por ato de improbidade e, após a apuração da conduta, poderá ser iniciado processo disciplinar por conduta antiética e violação dos deveres profissionais.
 - (E) pode ser processado por ato de improbidade na modalidade que causa prejuízo ao erário, desde que seja comprovada conduta dolosa do servidor, ficando afastada a necessidade de processo por conduta antiética.

-
29. A nomeação para cargos em comissão implica

- (A) a necessidade de suprir a ausência de servidores efetivos para o desempenho das atividades essenciais dos entes públicos.
- (B) a possibilidade de demissão dos servidores que os ocupam, desde que seja instaurado processo administrativo disciplinar com prévia garantia do direito de defesa e do contraditório.
- (C) limitação para a realização de concursos públicos, que só podem se dar para o preenchimento de cargos efetivos relativos a serviços essenciais, como saúde e segurança pública.
- (D) possibilidade de exoneração a pedido desses servidores, mas também por decisão da autoridade superior competente, independentemente de processo administrativo.
- (E) o início de prazo legal para instaurar concurso público para preencher os cargos públicos que estão sendo ocupados pelos comissionados.

-
30. A aplicação de penalidades disciplinares aos servidores deve guardar relação

- (A) direta com o que está expressamente previsto na lei, podendo, no entanto, a autoridade deixar de aplicá-la no caso do servidor não ter praticado nenhuma infração anteriormente.
- (B) não só com a natureza e a gravidade da infração cometida, mas também com os danos que ela causar ao serviço público.
- (C) com a gravidade do ato, a exemplo da penalidade de demissão, que somente pode ser aplicada em caso de reincidência.
- (D) com a natureza do ato, a exemplo da demissão, que só pode ser aplicada em caso de infração disciplinar que também configure crime.
- (E) com os danos causados, a exemplo da penalidade de demissão, que poderá ser convertida em multa, no caso da infração cometida, embora grave, não ter surtido prejuízos ao erário.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

31. À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos seus princípios fundamentais,
- (A) todo o poder emana de Deus, que o exerce por meio de representantes eleitos pelo povo, nos termos da Constituição.
 - (B) são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador.
 - (C) constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (D) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
 - (E) a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
-
32. O remédio constitucional apto para ser empregado em um caso concreto, individual ou coletivo, com o intuito de o Judiciário dar conhecimento ao Legislativo sobre a omissão de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania é
- (A) o *habeas corpus*.
 - (B) o *habeas data*.
 - (C) o mandado de segurança.
 - (D) a ação popular.
 - (E) o mandado de injunção.
-
33. A Constituição Federal estabelece que
- (A) é possível a admissão em um processo criminal de uma prova ilícita, desde que haja aceitação por parte do réu.
 - (B) ocorrerá automaticamente a perda da nacionalidade, em qualquer hipótese, caso o cidadão brasileiro adquira outra nacionalidade.
 - (C) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
 - (D) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, sendo inconstitucional todo dispositivo legal que estabeleça qualquer forma de distinção entre os gêneros.
 - (E) a autoridade policial poderá determinar a entrada em domicílio, sem o consentimento do morador, durante o dia, para a realização de busca e apreensão de objetos que possam servir de provas em processo criminal.
-
34. Ao disciplinar a organização político-administrativa da federação brasileira, a Constituição Federal estabelece que compete
- (A) privativamente à União legislar sobre propaganda comercial.
 - (B) privativamente aos Estados e Distrito Federal legislar acerca das custas dos serviços forenses.
 - (C) privativamente ao Município legislar sobre trânsito e transporte.
 - (D) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre sistemas de consórcios e sorteios.
 - (E) privativamente à União legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
-
35. Sobre a Justiça do Trabalho, a Constituição Federal dispõe que:
- (A) é da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades criminais impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
 - (B) em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho decidir o conflito.
 - (C) recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é obrigatório o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, devendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito.
 - (D) nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular e por dois juízes classistas.
 - (E) os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.



36. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as funções essenciais à Justiça:
- (A) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
 - (B) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
 - (C) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
 - (D) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
 - (E) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

Noções de Direito Administrativo

37. Constatada pela Administração a inexecução do contrato pela empresa contratada, a Lei nº 8.666/1993 autoriza a
- (A) rescisão do ajuste na hipótese de descumprimento total e a aplicação de sanções, previstas na lei e no instrumento convocatório, no descumprimento parcial, este que, no entanto, não autoriza a sua rescisão.
 - (B) rescisão do contrato tanto na hipótese de descumprimento total como na de descumprimento parcial do ajuste.
 - (C) aplicação de sanções, previstas na lei e no instrumento convocatório, não sendo possível a rescisão do ajuste, em razão do princípio da continuidade da prestação do serviço público.
 - (D) anulação do contrato e o pagamento de indenização ao contratado pela parte executada do ajuste.
 - (E) anulação do contrato e o levantamento da garantia prestada, esta como forma de indenização pela parte não executada do ajuste.
38. Na hipótese de a Administração pública estadual pretender descentralizar serviço de sua competência para atribuí-lo a pessoa jurídica ainda inexistente, sujeita a regime jurídico administrativo e com personalidade de direito público,
- (A) deve criar por lei específica autarquia, que passará a integrar a Administração pública indireta estadual.
 - (B) deve obter autorização legislativa para criar autarquia, que integrará a Administração pública direta.
 - (C) pode criar autarquia ou empresa pública, a primeira instituída por lei e a segunda pelo registro de seus atos constitutivos, ambas integrantes da Administração pública indireta.
 - (D) pode escolher entre criar autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, todas por lei específica, a última por lei complementar e as três integrantes da Administração pública indireta.
 - (E) deve criar por lei específica autarquia, que passará a integrar a Administração pública direta estadual juntamente com o ente instituidor.
39. As unidades de atuação denominadas órgãos públicos
- (A) integram a estrutura da Administração pública direta, mas não da Administração pública indireta, cujos plexos de competência denominam-se entidades.
 - (B) integram a estrutura da Administração pública direta e da indireta e não têm personalidade jurídica, ao contrário das entidades.
 - (C) têm personalidade jurídica própria e distinta da entidade que integram.
 - (D) não têm personalidade jurídica própria, quando integram a estrutura da Administração pública direta, mas são unidades de atuação, da Administração indireta, dotadas de personalidade jurídica.
 - (E) confundem-se com os agentes públicos por congregarem as funções que estes exercem, sendo o todo do qual aqueles são a parte.
40. Considere hipoteticamente um ato administrativo exarado por autoridade incompetente. Em relação aos denominados atributos dos atos administrativos, o referido ato
- (A) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, ante o princípio que desobriga o cumprimento de ordens manifestamente ilegais.
 - (B) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, o que se denomina impenetrabilidade.
 - (C) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, a menos que decretada, pelo Poder Judiciário, sua invalidade, sendo vedada a autotutela na hipótese, o que se denomina executoriedade.
 - (D) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina presunção de legitimidade ou veracidade.
 - (E) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina autoexecutoriedade.



41. Um particular interessado em obter porte de arma solicitou à Administração consentimento para tanto. Nesta hipótese, a manifestação positiva da Administração, que demanda análise de aspectos subjetivos do requerente, consistirá em um ato administrativo
- (A) unilateral e vinculado, que faculta o uso, sem restrições, quando o particular preencher as condições objetivas necessárias e previstas em lei.
 - (B) vinculado, de natureza bilateral, que se denomina licença.
 - (C) discricionário e precário, que se denomina licença e se fundamenta no poder disciplinar.
 - (D) discricionário, mas não precário, bilateral, podendo denominar-se licença ou autorização, indistintamente.
 - (E) unilateral, discricionário e precário, que se denomina autorização.
-
42. Considere hipoteticamente um servidor público estadual, detentor de cargo público efetivo, que tenha praticado, no exercício de suas funções, conduta que em tese configura falta funcional de natureza grave. Nesta hipótese, a Administração
- (A) tem a faculdade de apurar a infração e de aplicar a penalidade prevista em lei, com fundamento no poder de polícia administrativa.
 - (B) pode ou não aplicar sanção, mesmo que comprovada a falta funcional atribuída ao servidor, isso em razão de sua natureza imprecisa, que autoriza juízo discricionário.
 - (C) tem a faculdade de, após apurados os fatos, aplicar ou não a sanção correspondente, em razão do poder disciplinar, que é discricionário e decorre do poder hierárquico.
 - (D) tem o dever de aplicar a pena cabível, independentemente da apuração por meio de procedimento legal, em razão de o servidor estar sujeito à disciplina interna administrativa.
 - (E) tem o dever de apurar os fatos por meio do processo administrativo adequado, e, comprovada a materialidade e autoria da infração, aplicar a pena cabível.
-
43. A Lei nº 8.112/1990 estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos
- (A) Civis e Militares da União e de suas autarquias, excluídas as de regime especial, e das fundações, públicas, federais e privadas.
 - (B) Federais, da Administração pública direta, não abrangendo os servidores públicos da Administração indireta, mesmo que autárquica.
 - (C) Civis e Militares da União, das autarquias, inclusive as de regime especial, e das fundações públicas federais.
 - (D) Civis da União, das autarquias, inclusive as de regime especial, e das fundações públicas federais.
 - (E) Federais, da Administração pública direta e indireta, abrangendo os empregados das empresas estatais e fundações públicas.
-
44. Aprovado em concurso público para provimento de cargo junto à Autarquia federal W, João não chegou a ser investido, pois não apresentou o diploma universitário exigido, nos termos da Lei e do edital, para comprovar, no momento da posse, o nível de escolaridade mínimo necessário para o exercício do referido cargo. Inconformado, recorreu ao judiciário. A ação deve ser julgada
- (A) procedente, pois a aprovação em concurso público gera direito adquirido à nomeação e dispensa a comprovação de outros requisitos para investidura.
 - (B) procedente, pois a comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo deve ser feita no momento da inscrição no concurso, sob pena de preclusão consumativa.
 - (C) improcedente, pois João não preencheu requisito básico para investidura no cargo, a despeito de sua aprovação em concurso público.
 - (D) improcedente apenas se João tiver sido aprovado fora do número de vagas disponibilizadas no edital, hipótese em que não há direito subjetivo à nomeação.
 - (E) improcedente, pois João não tem habilitação legal para o exercício do cargo para o qual foi aprovado em concurso público, mas a Administração poderá nomeá-lo para exercer cargo diverso, com requisito menor de escolaridade, em razão do princípio da eficiência.
-
45. Superintendente de Autarquia estadual X concedeu à empresa de turismo Y licença para que realizasse transporte fretado de passageiros, dispensando-a, no mesmo ato, em razão de relação de amizade próxima com o seu diretor, do pagamento da taxa exigida para o exercício do poder de polícia em questão. Ao assim proceder, o referido agente público
- (A) praticou ato de improbidade administrativa, que, no entanto, não é punível, em razão da sua natureza, com perda da função pública e suspensão dos direitos políticos.
 - (B) não praticou ato de improbidade, pois a licença é ato administrativo vinculado, razão por que, preenchidos os requisitos para concessão, não poderia negá-la.
 - (C) praticou ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, punível, inclusive, com perda da função pública e suspensão dos direitos políticos.
 - (D) não praticou ato de improbidade, pois a Lei nº 8.429/1992 tem seu campo de incidência restrito aos servidores públicos da Administração pública direta.
 - (E) praticou ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, punível, exclusivamente, com a perda da função pública e suspensão dos direitos políticos.

**Noções de Direito do Trabalho**

46. O liame que se estabelece entre o empregador e seu empregado possui natureza jurídica contratual. Conforme previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho sobre o contrato individual de trabalho e os sujeitos que o compõem,
- (A) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante pagamento de valor fixo mensal.
 - (B) diante do princípio da tutela ao trabalhador a lei prevê que o contrato somente será válido se for acordado expressamente e por escrito.
 - (C) para configuração do contrato de trabalho distingue-se entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, ainda que presentes os pressupostos da relação de emprego.
 - (D) para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses no mesmo tipo de atividade.
 - (E) o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de um ano, admitindo-se, dentro deste prazo, até duas prorrogações, sob pena de passar a vigorar sem determinação de prazo.
-
47. O artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho elenca algumas fontes subsidiárias ou supletivas do Direito do trabalho, NÃO se incluindo
- (A) direito comparado.
 - (B) jurisprudência.
 - (C) analogia.
 - (D) usos e costumes.
 - (E) convenção coletiva de trabalho.
-
48. Sobre a situação do grupo econômico e a sucessão de empregadores, e suas implicações no contrato individual de trabalho, conforme dispositivos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho:
- (A) a mera identidade de sócios caracteriza o grupo econômico que gera a responsabilidade comum de todas as empresas deste grupo, havendo apenas a vinculação ao valor do capital social de cada empresa.
 - (B) a empresa principal será responsável subsidiária em relação às subordinadas em caso de formação de grupo econômico para os efeitos da relação de emprego.
 - (C) caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida continuarão por conta desta empresa, não se transferindo para a responsabilidade do sucessor.
 - (D) se uma ou mais empresas estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, de forma a integrarem um grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
 - (E) o sócio retirante responde subsidiariamente com os demais sócios quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente de modificação do contrato.
-
49. O requisito essencial previsto em lei para caracterizar uma relação como sendo de emprego e que não precisa se verificar em qualquer relação de trabalho é a
- (A) exclusividade.
 - (B) ausência de onerosidade.
 - (C) subordinação jurídica.
 - (D) boa-fé contratual objetiva.
 - (E) autonomia privada coletiva.
-
50. Thor, na vigência do seu contrato de trabalho com a empresa Delta Produções, vem descumprindo regulamento da empresa que proíbe o ingresso de pessoas, exceto se protegidas por equipamentos de segurança, no laboratório da empresa. Tal determinação está afixada no portal de entrada do laboratório. Nessa situação, fica caracterizada a justa causa para rescisão do contrato pelo empregador na capitulação prevista na Consolidação das Leis do Trabalho como
- (A) ato de improbidade.
 - (B) desídia.
 - (C) injúria desleal.
 - (D) incontinência de conduta.
 - (E) indisciplina.
-
51. Interrupção e suspensão do contrato empregatício são institutos que tratam da sustação, restrita ou ampliada, dos efeitos contratuais durante certo lapso temporal. Assim, enquadram-se como modalidades de interrupção e suspensão, respectivamente:
- (A) afastamento por doença até o 15º dia – aposentadoria por invalidez.
 - (B) descanso semanal remunerado – depoimento como testemunha judicial ao tempo que for necessário.
 - (C) qualificação profissional para participação do empregado promovido pelo empregador – férias anuais.
 - (D) dias em que estiver realizando exame vestibular para ingresso no ensino superior – licença paternidade.
 - (E) encargo público não obrigatório – doação de sangue voluntária por um dia a cada 12 meses.



52. Em relação ao instituto jurídico denominado aviso prévio, as normas da Consolidação das Leis do Trabalho estipulam que
- (A) a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato por prazo determinado, deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de 30 dias.
 - (B) o horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.
 - (C) será proporcional pela metade na despedida indireta, salvo se houver ajuste em contrário.
 - (D) a falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, sem a integração do período no seu tempo de serviço.
 - (E) o empregado que cometer falta grave por desídia, considerada como justa para a rescisão, durante o prazo do aviso prévio, não perde o direito ao restante do respectivo prazo.
53. Para proteção ao trabalho da mulher, a lei prevê que a empregada grávida tem estabilidade no emprego
- (A) da concepção até cento e vinte dias após o parto.
 - (B) da confirmação da gravidez até cento e oitenta dias após o parto.
 - (C) da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
 - (D) da comunicação da gravidez ao empregador até sete meses após o parto.
 - (E) de treze meses, considerada a licença de cento e vinte dias somada com nove meses de gestação.
54. Em consonância com o regramento contido na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) categoria econômica é aquela constituída da similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.
 - (B) constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução ao direito de igualdade jurídica entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
 - (C) categoria profissional diferenciada é aquela que se forma da solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas.
 - (D) a contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do Sindicato representativo da mesma categoria ou profissão.
 - (E) as condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em acordo coletivo de trabalho.

Noções de Direito Processual do Trabalho

55. Conforme previsão constitucional, o Tribunal Superior do Trabalho será composto por,
- (A) 17 ministros, com mais de 35 anos e menos de 65 anos, sendo 1/5 dentre advogados com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 10 anos de efetivo exercício.
 - (B) 27 ministros, com mais de 35 anos e menos de 65 anos, sendo 1/5 dentre advogados com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 10 anos de efetivo exercício.
 - (C) 11 ministros, com mais de 30 anos e menos de 70 anos, sendo 1/3 dentre advogados com mais de 5 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 5 anos de efetivo exercício.
 - (D) 27 ministros, com mais de 30 anos e menos de 65 anos, sendo 1/5 dentre advogados com mais de 5 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 5 anos de efetivo exercício.
 - (E) 27 ministros, com mais de 35 anos e menos de 70 anos, sendo 1/3 dentre advogados com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 10 anos de efetivo exercício.
56. Conforme previsões legais sobre a organização, jurisdição, competência das Varas do Trabalho e os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho,
- (A) como regra geral, a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.
 - (B) cada Vara do Trabalho será composta por um juiz do trabalho, que será seu Presidente, e dois juízes classistas, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados.
 - (C) não compete à Vara do Trabalho o julgamento dos dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.
 - (D) nas localidades em que existir mais de uma Vara do Trabalho, haverá um distribuidor, designado pelo juiz mais antigo do Fórum, exclusivamente dentre o quadro de oficiais de justiça do Tribunal Regional.
 - (E) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, cabendo recurso de suas decisões para o respectivo Tribunal de Justiça.



57. O advogado Hermes pretende utilizar uma medida processual que não está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho para defender os interesses da empresa reclamada em uma reclamação trabalhista. Nessa situação,
- (A) não poderá utilizar desta medida porque a Consolidação das Leis do Trabalho apresenta todas as regras do processo do trabalho.
 - (B) somente poderia se valer de medida processual estranha à Consolidação das Leis do Trabalho se estivesse na defesa dos interesses do empregado, em face do princípio da proteção ao trabalhador.
 - (C) poderia utilizar de medida processual prevista no Código de Processo Civil apenas na fase de execução da sentença, porque na fase de conhecimento deve se valer apenas das regras contidas na lei processual trabalhista.
 - (D) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do processo judiciário do trabalho.
 - (E) poderá utilizar de qualquer regra do direito processual comum, porque este tem preferência em sua aplicação sobre as normas processuais trabalhistas, por serem normas de maior amplitude.
-
58. A padaria Doces Sonhos foi acionada em uma reclamação trabalhista por seu ex-empregado Zeus, que postulou por pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Na audiência UNA realizada,
- (A) as partes deverão comparecer, acompanhadas dos respectivos advogados, sob pena de adiamento para outra sessão.
 - (B) ausente a parte reclamada, ainda que presente o seu advogado na audiência, não serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados, sendo aplicada a revelia.
 - (C) é permitido ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que, não precisa ser empregado da parte reclamada, tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.
 - (D) caso o juiz não tenha comparecido até trinta minutos após a hora marcada, os presentes poderão retirar-se, aguardando a designação de nova audiência.
 - (E) o juiz manterá a ordem nas audiências, mas não pode mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem em razão da publicidade das audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho.
-
59. Conforme previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, em relação aos dissídios individuais trabalhistas que tramitam pelo rito sumaríssimo,
- (A) o valor da causa não pode exceder a vinte vezes o salário mínimo nacional vigente na data da primeira audiência.
 - (B) incumbe ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado, devendo ser feita a citação por edital, se não houver essa indicação.
 - (C) serão decididos, em cinco dias, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo, sendo que as demais questões serão resolvidas na sentença.
 - (D) estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
 - (E) as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, como regra, serão intimadas para comparecer em audiência.
-
60. Conforme normas aplicáveis à produção das provas nas reclamações trabalhistas que tramitam pelo rito ordinário, NÃO é correto afirmar que
- (A) cada uma das partes não poderá indicar mais de cinco testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, caso em que esse número poderá ser elevado a seis.
 - (B) como regra, o ônus da prova incumbe ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.
 - (C) o depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz.
 - (D) se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitado ao chefe da repartição seu comparecimento à audiência marcada.
 - (E) o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
-
61. Diana ajuizou reclamação trabalhista requerendo o pagamento de horas extras sonegadas por sua empregadora Empresa Delta Confeções. A sentença julgou procedente seu pedido. Inconformada com a decisão de primeiro grau, a reclamada resolveu recorrer. Entretanto, não efetuou o depósito recursal e não recolheu as custas processuais devidas, razão pela qual, por falta de preparo, o seu recurso não obteve processamento. Nesta situação, o recurso cabível para a reclamada é
- (A) embargos declaratórios, em 5 dias.
 - (B) agravo de instrumento, em 8 dias.
 - (C) agravo de petição, em 8 dias.
 - (D) recurso ordinário, em 15 dias.
 - (E) agravo de instrumento, em 5 dias.



62. Em relação à execução trabalhista, conforme legislação vigente,
- (A) será promovida pelas partes, permitida a atuação de ofício do Juiz, ainda que as partes estejam assistidas por advogado.
 - (B) requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que proceda ao pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, em cinco dias, ou garanta a execução, sob pena de penhora.
 - (C) garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado prazo de quinze dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
 - (D) a matéria de defesa em embargos à execução será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo produção de prova testemunhal em audiência.
 - (E) o executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida das despesas processuais, apresentação de seguro-garantia judicial ou nomeação de bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida na lei processual civil.
63. Quanto ao processo do trabalho, conforme jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) a homologação de acordo não constitui faculdade do juiz, havendo direito líquido e certo tutelável pela via do Mandado de segurança, caso o juiz não homologue.
 - (B) se a intimação tiver lugar na sexta-feira, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir.
 - (C) o *jus postulandi* das partes, estabelecido na CLT, estende-se a todas as ações propostas perante as Varas do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) a reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, salvo se estiver presente seu advogado, munido de procuração.
 - (E) na Justiça do Trabalho, conforme previsão contida na CLT, as decisões interlocutórias ensejam recurso imediato, em qualquer situação.

Noções de Orçamento Público

64. Um dos princípios orçamentários consagrados na Constituição Federal é o da não afetação de receitas de impostos. Constitui exemplo de violação ao referido princípio:
- (A) oferecimento, por determinado Estado, de produto de IPVA para garantia à União de empréstimo concedido.
 - (B) criação de taxa dirigida ao custeio de determinada atividade administrativa (poder de polícia).
 - (C) criação de fundo de despesa com vinculação de receitas provenientes da cobrança de tarifa por serviços prestados aos usuários.
 - (D) fixação em lei que institui programa habitacional de destinação de percentual de ICMS para consecução de seus objetivos.
 - (E) destinação de produto de imposto estadual a Fundo de Participação dos Municípios.
65. Considere que, no último mês do exercício financeiro, determinado órgão público, no curso da execução de um contrato de obras, tenha realizado medições e atestado a execução de parcelas do objeto contratado. Contudo, em face do encerramento do exercício, não tenha sido possível a liquidação financeira da despesa com o pagamento ao contratado naquele mesmo ano. Diante de tal cenário, considerando a legislação cabível,
- (A) não será possível efetuar os pagamentos em questão por ausência de suporte orçamentário, devendo ser expedido precatório.
 - (B) deverão ser cancelados os empenhos eventualmente efetuados e abertas novas dotações para suportar os pagamentos.
 - (C) as despesas geradas constituem déficit orçamentário, os quais devem ser suportados por dotações consignadas no orçamento subsequente.
 - (D) os restos a pagar gerados pelas atestações independem de empenho e deverão ser processados como despesas extraorçamentárias.
 - (E) as despesas, se regularmente empenhadas, serão suportadas por restos a pagar que pertencem ao exercício em que foram geradas.
66. De acordo com o disposto na Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve contemplar:
- I. as metas e prioridades da Administração para o exercício subsequente.
 - II. a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - III. demonstrativo dos efeitos de anistias, isenções e outros atos de renúncia fiscal.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I.
 - (C) III.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.



67. Suponha que, em face da ocorrência de diversos casos de doença infectocontagiosa, o Ministério da Saúde tenha sido obrigado a adquirir grandes lotes de vacinas produzidas por fornecedor estrangeiro, não dispondo, contudo, de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a cobertura dessas novas despesas. Diante de tal cenário, considerando as disposições aplicáveis da Lei nº 4.320/1964, a solução para tal situação consiste em
- (A) abertura de crédito adicional suplementar, por decreto do Chefe do Executivo.
 - (B) abertura de crédito adicional especial, que necessita de autorização legislativa.
 - (C) transposição de dotações orçamentárias, desde que destinadas a custeio ou investimento na área da Saúde.
 - (D) utilização de créditos especiais extraordinários, constantes da reserva de contingência que integra a LOA.
 - (E) aditamento à LOA, por lei específica ou decreto do Chefe do Executivo, com cancelamento de outras dotações de custeio.
-
68. Suponha que a União tenha instituído, por lei específica, fundo especial de despesa com o objetivo de apoiar inovação tecnológica e desenvolvimento de determinados setores produtivos. Para tanto, destinou ao referido fundo, na forma prevista na lei instituidora, receitas provenientes do licenciamento de patentes. Ocorre que, ao final do exercício financeiro, parcela da referida receita do fundo não foi aplicada, dado o pequeno número de projetos aprovados por seus órgãos gestores, restando recursos financeiros em caixa. De acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, tais recursos
- (A) constituem superávit do fundo, ensejando redução, na mesma proporção, das receitas próprias auferidas no exercício seguinte e sua destinação ao caixa único do Tesouro.
 - (B) devem ser recolhidos à União, vedada a manutenção de recursos orçamentários ou financeiros não utilizados no mesmo exercício na conta de fundo de despesa.
 - (C) pertencem ao fundo, devendo o saldo positivo apurado em balanço ser transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, salvo determinação em contrário da lei que o instituiu.
 - (D) poderão ser aplicados, excepcionalmente, em finalidades diversas daquelas previstas na lei instituidora do fundo, mediante convênio com a União.
 - (E) poderão ser arrecadados pela União, mediante decreto, para destinação a outros fundos de despesa instituídos por lei específica.
-
69. No que concerne ao exercício financeiro, na forma disciplinada pela Lei nº 4.320/1964, tem-se que os créditos da Fazenda Pública
- (A) pertencem ao exercício do fato gerador correspondente, quando de natureza tributária, ou do efetivo pagamento, quando de natureza não tributária.
 - (B) constituem Dívida Ativa da União, incluindo os vencidos e não pagos, desde que de natureza tributária, e serão escriturados no exercício do respectivo vencimento.
 - (C) somente podem ser escriturados como Dívida Ativa da União, no exercício do correspondente vencimento, se forem objeto de parcelamento ou outra forma de reconhecimento pelo devedor.
 - (D) devem ser escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias, sejam de natureza tributária ou não tributária.
 - (E) serão escriturados como Dívida Ativa da União, quando de natureza tributária e como receitas ordinárias, quando de natureza não tributária, sempre no exercício em que ocorrer o ingresso financeiro.
-
70. De acordo com as disposições da Constituição Federal que disciplinam os Orçamentos, a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital
- (A) é permitida apenas para suprir déficit de regime previdenciário próprio do ente, quando esgotadas outras fontes alternativas de receitas ordinárias ou extraordinárias.
 - (B) é vedada no último ano do mandato do Chefe do Executivo, salvo se necessária para fazer frente ao pagamento de folha de pessoal ou inativos.
 - (C) é vedada, salvo quando aprovada mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
 - (D) deve ser computada como dívida fundada do ente, onerando o limite de endividamento fixado pelo Senado Federal, correspondente a, no máximo, duas vezes a receita corrente líquida do exercício.
 - (E) somente é permitida para fazer frente a investimentos em saúde, educação e segurança pública, mediante autorização legislativa específica e limitada a dois exercícios financeiros.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: 12.6 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 12.7 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 12.8 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 12.9 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 12.10 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **50 (cinquenta)**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Existe uma aldeia global do ponto de vista técnico, mas, do ponto de vista da recepção, a diversidade é extraordinária, e isso significa que pode acontecer o inverso do que a comunicação pretende. O objetivo dela é aproximar as pessoas. No entanto, quando elas se aproximam, percebem que existem mais diferenças do que semelhanças. A dificuldade da comunicação não é gerir a semelhança, mas a diferença.

(Adaptado de: WOLTON, Dominique. *Apud* MILAN, Betty. *O Século: entrevistas*. São Paulo: EMM, 2017. Formato digital)

Considerando o que se afirma acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre:

A comunicação e os conflitos que surgem com a diversidade.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	